

XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

28 A 31 DE JULHO DE 2009

RIO DE JANEIRO (RJ)

GRUPO DE TRABALHO: Os limites da democracia

1º Sessão - Teoria social e fundamentos sócio-históricos

Venezuela: avanços e limites da democracia plebiscitária

Raphael Lana Seabra

Universidade de Brasília

Venezuela: avanços e limites da democracia plebiscitária

Raphael Lana Seabra*

1. Introdução

Não resta dúvida que todo processo de mudança social carrega em si mesmo uma séria de ambigüidades e incertezas. Isso é ainda mais verdadeiro e complexo ao intelectual interessado em compreender a direção e sentido destas mudanças quando se trata de um processo em pleno movimento. Os desafios teórico-conceituais são diversos e existem sempre os riscos de se aprisionar a riqueza do objeto em algum conceito ou momento específico. Todos os estudiosos da “Revolução Bolivariana da Venezuela” estão de acordo que desde a eleição de Hugo Chávez em 1999 se gestaram mudanças e rupturas profundas com o esquema político e democrático da Venezuela. Claro que existem diferenças quanto à profundidade ou características das mudanças e rupturas em andamento, e mesmo a guinada ao Socialismo do Século XXI mantém ainda em aberto a natureza real da “revolução bolivariana”.

É um fato inédito em toda história um referendo de reforma constitucional debatendo a introdução do socialismo num país, ainda mais quando o resultado foi de 50,65% “no” e 49,95% “si”. Assim, temos como objetivo central avaliar, sobretudo a partir da derrota em dezembro de 2007, alguns dos avanços e os limites propiciados pela democracia plebiscitária rumo à passagem da sociedade venezuelana ao “socialismo do século XXI”.

2. O *Puntofijismo*: o sentido da democracia venezuelana

A história da democracia venezuelana tem início após o fim da década ditatorial do general Marco Pérez Jiménez em 1957, derrubada por uma articulação de forças populares e partidos conhecida como Junta Patriótica. Na passagem democrática, três das principais representações políticas da Venezuela, como a Ação Democrática (AD), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e União Republicana Democrática (URD), firmam um pacto na chácara de *Punto Fijo*. Em linhas gerais, este pacto ditará a linha política nacional – o *puntofijismo* – durante as próximas quatro décadas.

* Doutorando pelo Departamento de Sociologia da UnB. raphaelseabra@hotmail.com.

Ideologicamente o pacto tinha como pretensão reduzir as diferenças programáticas e de interesses entre os partidos signatários. Na prática, ele converteu-se numa democracia bipartidária, dividida entre AD e COPEI. Sua base material foi dada pela distribuição clientelista da renda petrolífera. Assim era proporcionada uma aliança de classes e grupos distintos que incluía o sindicalismo, a Igreja e as Forças Armadas (ALVAREZ, 2003; MARINGONI, 2004; VILLA, 2005).

Do ponto de vista formal, o sistema democrático venezuelano inaugurado pelo puntofijismo e consolidado institucionalmente pela Constituição de 1961, assegurava um conjunto mais ou menos amplo de regras e procedimentos universais, tais como a liberdade, eleições periódicas, igualdade de voto, pluripartidarismo e o império da lei. No entanto, conforme a síntese de Angel Alvarez (2003: 150-151), “com exceção da votação, toda soberania popular era exercida por intermediários, com o partido servindo como intermediário”. A democracia venezuelana de então, era caracterizada não só pela hegemonia bi-partidarista, mas também pela *partidocracia*.

A política puntofijista assentava-se, assim como todo sistema estatal venezuelano desde 1926, na renda petroleira. O auge da bonança petroleira que abarcou o decênio entre 1973 e 1983 garantiu a sustentabilidade político-econômica do sistema bi-partidarista. A aparente solidez da democracia venezuelana sofre seu primeiro impacto, ainda na década de 1980, com a recessão da economia mundial e, sobretudo, latino-americana, e a imediata retração dos preços e da demanda internacional por petróleo.

Para contornar os problemas que assolavam o país, principalmente a vida política, em 1985 foi criada a Copre (Comissão Para Reforma do Estado) com intenção de recompor e redefinir as bases do puntofijismo. As intenções de reforma no sistema partidário se faziam urgente, uma vez que, estes simbolizavam não só o próprio Estado, como também a economia nacional, mas essa reforma tímida não encontrava a solução adequada na modificação da profunda dependência petroleira (MARINGONI, 2004 e 2009). Essa reforma proporcionou, pela primeira vez, eleições diretas para prefeitos e

governadores¹ dando oportunidades políticas para representações e partidos localmente embasados, que outrora nunca iam além de minorias parlamentares inexpressivas (ALVAREZ, 2003).

O segundo impacto que delinearía o futuro da política puntofijista se torna evidente a partir dos eventos desencadeados pelo *Caracazo* em 27 de fevereiro de 1989. Sua dramaticidade expressa uma verdadeira crise política, social e econômica, de maneira que “a história contemporânea da Venezuela começa realmente com esse acontecimento fundamental” (GOTT, 2004: 72). A causa imediata do *Caracazo*² é aparentemente simples: diante do aumento de preços da gasolina, das passagens de ônibus e gêneros alimentícios irrompem-se em todo país, em 27 de fevereiro de 1989, uma série de revoltas populares.

É importante ressaltar que o *Caracazo* não foi um evento isolado. Na realidade, ele possui uma importância por confluir a enorme insatisfação e a crise do sistema político vigente no país desde 1958. Tanto é assim, que podemos delimitar sua continuidade em manifestações de insatisfação social de 1989 a 1993. Em 1992 contamos dois levantes militares com intenções golpistas de destituir o presidente; o primeiro em fevereiro de 1992 liderado pelo tenente-coronel do Exército Hugo Chávez e o segundo em novembro de 1992 liderado pelo vice-almirante da Marinha, Hérmán Grüber Odremán. A constante instabilidade político-social só é relativamente contida quando após uma série de denúncias de corrupção, Andrés Pérez foi afastado da presidência em maio de 1993 e condenado a dois anos de prisão domiciliar (Cf. GOTT, 2004; MARINGONI, 2004; VILLAS, 2005).

O ex-presidente Rafael Caldera compreende que os eventos recentes eram manifestações claras de descontentamento social acumulado ao longo de 30 anos do *puntofijismo*, rompe com seu partido (COPEI) e lança candidatura independente, sendo eleito presidente em 1993. Sua vitória consistia basicamente em seu discurso antineoliberal e na crítica à política econômica do

¹ Até então, os governadores eram designados pelo Presidente da República.

² Esta revolta tem dois determinantes fundamentais: primeiro, o comportamento negativo da economia petrolífera da Venezuela desde início da década 1980. Segundo, o anúncio em início de fevereiro de 1989, pelo presidente Carlos Andrés Pérez, de um pacote de ajuste neoliberal – “Programa de Ação” – que incluía forte ajuste fiscal, desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público e do crédito e privatização das principais empresas estatais.

governo anterior. Todavia, o governo de Caldera manteve a agenda econômica do governo anterior, aprofundando as medidas neoliberais com um programa similar, então chamado “Agenda Venezuela”. Exemplo claro foi a *abertura petroleira* levada a cabo em 1996. Seu resultado foi a redução do pagamento de *royalties* (direitos) ao Estado, de 16,6% para 1% e cogitava-se diminuir totalmente este repasse (MARINGONI, 2004). Para um sistema político pautado no clientelismo e aliança classista dependente da renda petrolreira, tal redução foi um golpe de morte. Além do mais, a desgaste político-institucional continuava na “deterioração das instituições do Estado e dos serviços públicos, como também os partidos tradicionais se esforçavam em neutralizar iniciativas de mudanças políticas que vinham sendo propostas por autores emergentes desde 1980” (LÓPEZ-MAYA, 2003: 83). Mais do que restituir o *puntofijismo*, o governo de Caldera, aprofundou o desprestígio dos partidos e lideranças tradicionais, a apatia social pelos assuntos políticos e a aparência de um “vazio político”.

3. O MBR-200 e o projeto da Quinta República

A ruptura do *puntofijismo* não significou o fim de um sistema político ditatorial, ilegítimo e inconstitucional, mas sim de um governo que tinha como característica central a adoção de regras e procedimentos universais amplamente reconhecidos pelas democracias de tipo liberal. Colocava-se como desafio à sociedade venezuelana tanto a “normalização” das instituições políticas como a imperiosidade de reinventar o sistema democrático e político venezuelano.

Dentro de tais circunstâncias, o Movimento Bolivariano Revolucionário 200³ (MBR-200) foi um dos poucos sujeitos políticos sensíveis a tal necessidade de mudança sócio-política. É preciso ressaltar que a percepção não se deve ao acaso ou ao oportunismo político do movimento que em fins da

³ O número é uma homenagem ao bicentenário de morte de Bolívar. É fundamental frisar que o movimento germinava da insatisfação dos setores militares não só em relação às profundas desigualdades sociais e políticas nacionais, como também em relação a estrutura de promoção militar *puntofijista* era realizada, sobretudo, pela confiabilidade política ou pelo cultivo de relações pessoais, em detrimento do mérito militar. “Este defeito no sistema conduzia ao descontentamento com a instituição, a críticas e, sobretudo, insubordinação” (ALVAREZ, 2003: 158).

década de 1990 se converte em partido eleitoral. Como mencionamos anteriormente, a reforma política de 1985 abre espaço para novos sujeitos e partidos políticos com representação e bases locais adentrarem o cenário nacional, tais como La Causa Roja e Movimiento Al Socialismo. No entanto, a formação do MBR-200 antecede grande parte destas organizações políticas. Segundo Gott (2004: 66), em 1982 este movimento “começou mais como círculo de estudos políticos do que como uma conspiração subversiva”. Independente de sua origem militar, desde suas primeiras reuniões clandestinas o MBR-200 manteve contatos com militantes e organizações de esquerda, principalmente com o Partido de La Revolución Venezolana (PRV).

A visibilidade nacional do MBR-200 como movimento político ocorre logo após a derrota do levante militar em 3 de fevereiro de 1992. Como destacou Gilberto Maringoni, mesmo levando-se em conta todos os riscos de quebra do regime democrático, o levante militar foi muito positivo para o movimento bolivariano. De um lado, a tentativa de levante “teve o significado simbólico de buscar um rompimento com um sistema que não resolvia os problemas da população”. De outro, o levante gerou “heróis claramente visíveis pela opinião pública”, com destaque para o tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías⁴ (MARINGONI, 2004: 144-146).

Em 1994, o então presidente Rafael Caldera, concede anistia política aos participantes do levante militar com vistas a recobrar a normalidade da vida democrática venezuelana. A partir daí o MBR-200 começa a se transformar numa organização sócio-política de alcance nacional. Para sua concretização, iniciam uma jornada por todo país formando estruturas organizativas e procedimentos internos que os diferenciavam dos partidos políticos tradicionais e disseminasse o projeto nacional “Simón Bolívar”. É neste momento que surgem os *Círculos Bolivarianos*⁵ como estrutura organizacional

⁴ Após sua rendição Chávez realiza um breve discurso de 1 minuto e 12 segundos em rede nacional convocando seus companheiros de levante que baixassem as armas enfatizando que “por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital”. Essa breve aparição em rede nacional foi suficiente para conferir face ao levante e capturar a imaginação coletiva de amplos setores populares (LÓPEZ-MAYA, 2003: 78; MARINGONI, 2004: 141).

⁵ Os *Círculos Bolivarianos* “freqüentemente organizavam assembléias locais para discutir política. O MBR-200 considerava importante cumprir atividades adicionais para treinar

primária composta por pequenos grupos locais, coordenados inicialmente em escala municipal e posteriormente, dado seu grande crescimento, em escala regional (LÓPEZ-MAYA, 2003).

É no desenvolvimento da experiência e das discussões nos Círculos Bolivarianos que se desenvolve dialeticamente a integração cívico-militar, uma síntese entre o formalismo militar e a impessoalidade civil fortalecendo no interior do movimento atitudes democráticas e horizontais. Tanto foi que a decisão de abstenção eleitoral não foi adotada como posição rígida e centralizada, a opção de participação no processo eleitoral era considerada uma via possível aos bolivarianos.

Somente após o afunilamento do labirinto em que se encontrava o governo de Caldera, por volta de 1996, que o MBR-200 lança o documento *Agenda Alternativa Bolivariana* (2004: s/p), onde encontramos uma leitura refletida da situação política nacional e a síntese do bolivarianismo. Além de identificar claramente a falência do modelo democrático que vigorava até então, identificava também as restrições impostas pelo modelo neoliberal e a necessidade de “reconstituição ou refundação do Poder Nacional em todas suas facetas, baseado na legitimidade e na soberania” em direção à *Quinta República*⁶.

Com o crescimento do apoio e da participação popular no movimento bolivariano, em princípios de 1997, o MBR-200 decide participar com candidato próprio das eleições presidenciais de 1998. Para a disputa eleitoral registra-se o partido Movimento Quinta República (MVR), que reflete a cautela dos líderes do movimento “sobre o simbolismo de cada ação política, e o nome que eles escolheram para a nova organização não era exceção” (LÓPEZ-MAYA, 2003: 83).

membros, tais como círculos de estudos e cursos para examinar a história nacional e internacional” (LÓPEZ-MAYA, 2003: 81).

⁶ Desde a *primeira emancipação* do jugo espanhol levada a cabo por Simón Bolívar, a história venezuelana conta com Quatro Repúblicas: “duas foram formadas durante a Guerra de Independência: a Confederação de Estados da Venezuela, em 1811, e a Segunda República, em 1813; a Terceira República foi criada nos tempos da formação da Grande Colômbia, em 1819. A Quarta República, fundada em Valência, em 1830, por um general de Simón Bolívar, José Antonio Páez, seria a mais duradoura” (GOTT, 2004: 191). A assim chamada Quarta República perpetuava-se desde então pelo domínio oligárquico e pelo distanciamento dos interesses do povo.

4. O MVR a “Revolução Bolivariana”

O ex-tenente-coronel Hugo Chávez chega não chega à presidência da República Bolivariana da Venezuela por meio do intenso movimento de massas, “mas foi caudatário de uma formidável e espontânea onda de descontentamento e rebelião”. Logo, a base de apoio de Chávez e do bolivarianismo é altamente instável. “Chávez não lidera um partido orgânico e disciplinado, mas uma federação de interesses locais e eleitorais” (MARINGONI, 2004: 165-166). Como veremos adiante, estas características têm criado algumas dificuldades ao longo de seu governo.

Existe uma grande diferença entre o MBR-200 como organização política e o MVR como partido político. Enquanto o primeiro era uma estrutura horizontal e descentralizada cujo objetivo primário era a formação e conscientização política de seus membros, o segundo era uma estrutura vertical e centralizada cujo objetivo exclusivo era a conquista eleitoral, distanciando-se de qualquer tipo de formação ideológica. Pese esta diferença, o MVR era um movimento demasiado heterogêneo, que só não excedia a heterogeneidade da coalizão que levaria Hugo Chávez à presidência em 1999: o Pólo Patriótico⁷. Os desequilíbrios e as diferenças ideológicas de setores e partidos que compunham a coalizão colocavam, desde então, “Chávez como único capaz de mediar ou acalmar as diferenças internas, o que reforçava o caráter imprescindível do líder e imprimia a ação do governo às diretrizes ideológicas deste” (Idem, 2008: 59).

Quando eleito Hugo Chávez sempre esteve consciente de seu recente passado golpista e das desconfianças que sua origem militar levantava, logo, uma de suas principais preocupações foi a submissão contínua à aprovação popular em plebiscito (GOTT, 2004). Mesmo sendo acusado internacionalmente de ditador ou populista, o presidente Hugo Chávez é o governante que mais realizou consultas eleitorais no mundo num curto período de tempo.

⁷ O Pólo Patriótico reunia o Movimento Quinta República, o Partido Pátria Para Todos (PPT), o Partido Comunista Venezuelano (PCV), o Movimento Al Socialismo (MAS) e o Movimento Eleitoral do Povo (MPE).

Um dos grandes marcos da construção alternativa à Quarta República foi a redação e a decisão em referendo em dezembro de 1999 do novo texto constitucional. Apesar de garantir a propriedade privada, inova com a promoção do conceito de *democracia participativa e protagônica* (RBV, 1999: Art. 62). Tratava-se de ampliar o poder dos movimentos e organizações sociais e de um corretivo do poder desmesurado exercido pela partidocracia. De tal maneira, muitas das demandas sociais venezuelanas por participação no sistema político e social são contempladas pela Constituição de 1999. A preparação da nova Carta Magna fez do ano de 1999 um ano repleto de manifestações populares. Os movimentos sociais, partidos e organizações civis apresentaram cerca de 624 propostas à Assembléia Constituinte, sendo que mais da metade das quais foram incorporadas ao texto constitucional (LÓPEZ-MAYA, 2003; ELLNER, 2008).

A nova constituição nacional altera o nome do país para República Bolivariana da Venezuela; atualiza a cobertura dos direitos humanos; incorpora os direitos indígenas e ambientais; aprofunda a democracia política através da incorporação de várias formas de participação direta; reafirma o controle do Estado sobre as riquezas energéticas e estratégicas; reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; garante a indenização ao trabalhador quando o empresário romper o contrato de trabalho, e; confere a saúde, educação e aposentadoria como dever do Estado (LÓPEZ-MAYA, 2003; LANDER, 2005).

Não restam dúvidas de que as quatro modalidades de referendos previstas na Constituição de 1999⁸ são parte dos elementos decisivos das vias de participação democrática, protagônica e popular da vida política do país. Segundo Norberto Bobbio (1997: 52), os sistemas de referendos são os únicos institutos de democracia direta com concreta aplicabilidade nos Estados democráticos, “mas trata-se de um expediente extraordinário para circunstâncias extraordinárias. Ninguém pode imaginar um estado capaz de ser

⁸ São formas de participação: o *consultivo*, que submete a consulta questões de amplitude nacional; *revogatório*, que submete a consulta pública se um representante deve ou não permanecer em sua função; *confirmatório*, que submete a aprovação de acordos, convênios ou tratados internacionais; e, *ab-rogatório*, que submete à consulta a possibilidade de abolir leis ou decretos com força de lei (RBV, 1999: Artigos 71, 72, 73 e 74; HARNECKER, 2004: 41-42).

governado através do contínuo apelo ao povo”. Por exemplo, em teoria o referendo revogatório possui dois objetivos: “forçar aqueles que governam a respeitar a vontade popular, e prover as vias de saída em situação de crises extremas de governabilidade ou legitimidade” (ALVAREZ, 2003: 154). Mas a viabilidade concreta dessa modalidade democrática tem de se ponderar adequadamente entre a relação entre os custos financeiros e administrativos e a frequência das consultas, a fim de não obstar o funcionamento do Estado e das instituições. Por isso mesmo, é de suma importância que o processo bolivariano conserve a autonomia e a discussão com partidos, movimentos e setores que compõem sua base. Que promova concretamente as circunstâncias normais de participação e protagonismo, e não somente representação.

O que os bolivarianos e Chávez denominam como *revolução bolivariana da Venezuela*, seria em síntese a fundação da *Quinta República*, cuja fundamentação está no resgate e continuidade do projeto de emancipação venezuelano contra as oligarquias políticas que se perpetuam no poder e contra a subordinação do país à influência direta de agentes do imperialismo. A revolução que põe em marcha a fundação da Quinta República corresponderia, simbolicamente, à *segunda emancipação* do povo venezuelano.

5. As Bases Organizativas do Bolivarianismo

Após a aprovação da nova Constituição, tendo em vista a contraditória existência entre o potencial popular e a deficiência organizativa, o governo bolivariano tem impulsionado tanto as organizações e movimentos já existentes, como incentivando a criação destas estruturas em comunidades menos organizadas. Em 2001, o modelo organizativo que fundou as bases do bolivarianismo, os Círculos Bolivarianos, é recriado com objetivos ampliados, que abrangem desde a difusão da nova Constituição, discussões políticas, formar associações de bairros ou cooperativas de pequenos produtores, até grupos de mães. São estruturas que não possuem comando centralizado e nem se articulam permanentemente (HARNECKER, 2004; MARINGONI, 2004). Outras formas de organização comunitária são reforçadas em 2001, como as

Mesas Técnicas de Água (MTA), cujo objetivo central era através do diálogo e troca de experiências entre moradores das comunidades e técnicos, encontrar soluções para as graves deficiências no serviço de água potável e saneamento básico. Encontramos também os Comitês de Terras Urbanas (CTU), que foram criados para a regularização dos loteamentos urbanos nos bairros populares, e apesar serem produto direto do Estado, têm sua representação eleita na comunidade (LOVERA, 2008).

Mas, se o golpe de Estado em 11 de Abril de 2002 e o Segundo *Paro Patronal* em 2002-2003⁹ exprimiram claramente “que a competição para avançar em projetos para substituir o exaurido sistema *Punto Fijo* não tinha terminado”, convertendo a polarização social do país numa crescente polarização política (HELLINGER, 2003: 28); estes eventos também evidenciaram as debilidades organizativas do governo bolivariano, que após sua conversão em partido eleitoral contava com reduzidos militantes dentro do órgão oficial. Por outro lado, enquanto as lideranças do MVR em de Abril de 2002 passavam a clandestinidade, foi desencadeada uma força social espontânea que não foi antecipada por nenhum intelectual: centenas de milhares de habitantes dos *barrios* (favelas) de Caracas e imediações marcharam às bases militares e ao Palácio de Miraflores exigindo o retorno do presidente deposto. De modo semelhante, durante a greve patronal da Petróleos de Venezuela AS em 2002-2003, enquanto cerca de 80% dos altos funcionários da estatal cruzavam os braços, a mesma proporção de trabalhadores de menor salário seguiu trabalhando e tomando o controle dos locais de trabalho (ELLNER; 2008: 49-58).

Após as ofensivas golpistas, o governo de Chávez tem atuado em várias frentes visando ampliar sua base de sustentação. Faz parte destes esforços o lançamento das Missões Sociais que inicialmente visavam solucionar as

⁹ Em síntese, o golpe de Estado e a segunda greve patronal foram respostas à virada econômica do governo bolivariano após a aprovação das 49 Leis Habilitantes em 13 de novembro de 2001, sobretudo as Leis de Terras, de Hidrocarburos e de Pesca. Tanto o empresariado como a oposição política as classificaram “como um atentado à propriedade privada, argumentando muitos que com isso se confirmava o caráter estatista ou comunista do projeto político do governo”. A imprensa privada venezuelana “adota posturas cada vez mais extremas de denúncia e de confrontação com o governo, assumindo parte fundamental da direção da oposição” (LANDER, 2005: 207).

carências e problemas da população gerados pela paralisação petroleira de 2002-2003. Estes planos sociais promovem estruturas da administração pública paralelas às tradicionais e alcançam amplos setores populares, além de um terço dos setores médios da sociedade venezuelana. Como observa López-Maya, “estas inovações comportam como requisito a organização e participação das comunidades na própria gestão do serviço, chegando por essa via a um direito negado no passado” (2008: 66). Também, a ação golpista demonstrou a fragilidade dos meios de comunicação do governo. Visando superar esta limitação, foram criadas duas emissoras estatais a Vive TV e a *Televisión del Sur* (Telesur) numa iniciativa multiestatal – participam também Cuba, Argentina e Uruguai (MARINGONI, 2009).

A referência à liderança política de Hugo Chávez e às iniciativas do governo bolivariano é importante, e muitas vezes incontornável. Mas encerrar o processo de mudança na direção limita a percepção da totalidade concreta que sustenta a revolução bolivariana. Ao mesmo tempo em que o governo amplia suas frentes de atuação, verifica-se o crescimento de movimentos, frentes populares, cooperativas e setores políticos que não se devem somente ao incentivo e apoio estatal, mas às próprias contradições que se evidenciam durante o processo; basta o fato de que na Venezuela “é a direita quem, aos olhos da população, representou a instabilidade e o desrespeito às leis definidas pela maioria” (Idem, ibidem: 28). A cada momento surgem novas siglas e organizações político-sociais, algumas mudam de nome e outras se fundem em novos movimentos ou partidos. O documento “*FNCEZ y otras organizaciones sociales fijaran posición ante nueva etapa del país*” (FNCEZ e outros, 2006) lançado em apoio à reeleição de Chávez em dezembro de 2006 e ao avanço na construção democrática do socialismo assinala com clareza a diversidade e a riqueza de movimentos que a participação democrática e protagônica tem impulsionado naquele país¹⁰.

¹⁰ O documento é assinado por movimentos camponeses e urbanos, coletivos, associações de bairro e sindicatos. Entre eles encontramos A Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (FNCEZ), Corrente de Trabalhadores em Revolução (CTR), Corrente Classista Unitária Revolucionária e Autônoma (CCURA-UNT), Frente de Trabalhadores de Empresas Ocupadas e Cogestionárias (FRETECO), Unidade Popular Venezuelana (UPV), Sindicato Nacional de Trabalhadores UCV (SINATRA), Coletivo Alexis Vive, Coordenadora Simon Bolívar (CSB), Movimento de Base Popular (MBP) Coletivo La Dolorita Rebelde (CDR).

No desenrolar do processo, encerrada – temporariamente – a via golpista, a oposição recorre à via institucional realizando o referendo revogatório em 15 de agosto de 2004. Ao contrário do que se esperava, este referendo confirmou o massivo apoio à presidência de Hugo Chávez podendo ser caracterizado como o desfecho da polarização iniciada em 2002 e ponto inicial da mudança de qualidade da revolução bolivariana. Mas foi em janeiro de 2005, no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre que Chávez anunciou pela primeira vez que o capitalismo deve ser transcendido pela via do socialismo. Ao lado da *revolução*, Chávez elencou outra palavra a muito banida de nosso vocabulário, o *socialismo*. E não se trata de qualquer socialismo, mas da *via venezuelana ao socialismo*, que ficaria mais conhecida como *socialismo do século XXI*.

As debilidades do MRV como partido eleitoral, o crescente número de movimentos de base bolivariana e a virada ao socialismo colocavam grandes desafios ao processo revolucionário. A consciência de tais desafios tornou consensual dentro do movimento bolivariano revolucionário a necessidade de um instrumento político capaz de “preparar melhor e de forma mais organizada a batalha de idéias e a disputa política no interior da sociedade venezuelana” (BUZZETO, 2008: 190). Muitas das formas organizativas impulsionadas direta ou indiretamente pelo Estado bolivariano apresentavam vida curta e intermitente. Apesar de importantes, os Círculos Bolivarianos não mantiveram uma existência duradoura. Outras formas organizativas, como o Comando Ayachucho e as Unidades de Batalha Eleitoral (UBE), devido à sua função estritamente eleitoral, não vingaram na proposta de participar democraticamente na nomeação de candidatos a prefeito e governador. Em muitos outros casos, tanto os círculos como alguns movimentos sociais têm suas atividades paralisadas quando absorvidos por outras promovidas pelo próprio Estado em experiências de cooperativismo, as Missões e mais recentemente os Conselhos Comunais (Cf. ELLNER, 2008; LOVERA, 2008).

Assim, em 15 de dezembro de 2006 era anunciada a formação do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), cujo objetivo central era construir uma base partidária sólida e organizada, estabelecendo a unidade complexa entre a

liderança governista e a base social bolivariana. No entanto, o novo partido socialista foi organizado à mesma maneira do MVR, com caráter de “urgência”, de modo que se existia o consenso sobre a necessidade de um novo instrumento político, não houve maiores discussões sobre seu programa e, mais uma vez, a unidade e condução do novo partido era convergida na figura central do presidente Hugo Chávez.

Foi determinada dissolução de todos os partidos e aqueles que se recusassem deveriam abandonar o governo¹¹. Para um processo revolucionário permeado desde sempre por uma conflituosa vida interna e externa, o verticalidade que marcou a formação e construção do novo partido político socialista, automaticamente, “se traduziu em agressões, tensões e conflitos com o presidente ao longo de 2007” (LÓPEZ-MAYA, 2008: 60; MARINGONI, 2009).

6. O sistema democrático plebiscitário: o referendo de Reforma Constitucional de 2007

Não resta dúvida que todo processo de mudança social carrega em si mesmo uma séria de ambigüidades e incertezas quanto a seu futuro. Escrever sobre uma revolução traz uma série de desafios, ainda maiores quando se trata de um processo em pleno movimento. Corre-se o risco de tornar definitivo aquilo que é transitório, aprisionando a riqueza do processo em algum conceito ou momento específico. Não é nosso objetivo aqui buscar uma “definição” da natureza do processo, no entanto, uma das transformações mais significativas desde o início do governo bolivariano em 1999 é a politização e o fortalecimento da organização dos setores populares. A participação, mais do que mera formalidade, tem se convertido cotidianamente em realidade.

Era prevista como parte fundamental da via venezuelana ao socialismo a proposta de reforma constitucional. Se a intenção é construir o “Socialismo do Século XXI”, o referendo de Reforma Constitucional realizado em 2 de dezembro de 2007, debatendo a introdução do socialismo num país é um fato

¹¹ Para uma discussão detalhada sobre os partidos que se dissolveram no interior do PSUV e aqueles que se recusaram, além de diversos movimentos sociais e tendências políticas diversas na sociedade venezuelana, indicamos o texto de Marcelo Buzzeto (2008).

inédito em toda história. Se levarmos em conta de que se trata da discussão sobre a transformação radical de toda sociedade, percebemos que inexistiu em toda história uma consulta eleitoral mais democrática. Porém, a proposta de reforma foi derrubada nas urnas por uma diferença mínima. Em números precisos o “no” obteve 50,65% (4.521.494) enquanto o “si” 49,95% (4.404.626) dos votos, a diferença de 1,31% representava apenas 116.868 votantes dentro de um universo de 8.926.120 votos válidos. (LÓPEZ-MAYA, 2008; LANDER, 2008).

A derrota em referendo consultivo da proposta de Reforma Constitucional em 2007 tem apresentado diversas interpretações. Todas estas interpretações possuem em comum duas questões: a) o número excessivo de artigos reformados e o curto prazo para apresentação clara de cada um deles à sociedade; b) a ausência de participação democrática de partidos e movimentos populares que compõem a base do bolivarianismo durante a seleção e redação do conteúdo (Cf. LANDER, 2008; LÓPEZ-MAYA, 2008; LOVERA, 2008; MARINGONI, 2009).

Para a oposição, a proposta de reforma constitucional de 2007 deu novo fôlego para resgatar o que sobrou de sua credibilidade e abriu a perspectiva de derrota do bolivarianismo e de Chávez pela via eleitoral. Desde as ações golpistas, a oposição caminhava desacreditada e desarticulada, limitando-se a apelos de sobrevivência política, tais como as denúncias de fraude em referendos. Durante o golpe de Abril de 2002, o caráter constitucional, eleitoral e legítimo do governo foi um dos recursos de maior força para derrubar a oposição golpista e anticonstitucional. Assim, a reforma – contraditoriamente – atacava um dos maiores pilares do processo bolivariano, debilitando sua legitimidade constitucional.

No interior do movimento bolivariano, encontramos duas avaliações da derrota. *A partir de cima*, ou seja, das lideranças do PSUV e dos altos funcionários do governo, as considerações responsabilizam os meios de comunicação privados, o imperialismo, as falhas durante a campanha, a falta de compromisso popular e o baixo nível de consciência socialista. *A partir de baixo*, ou seja, das organizações políticas independentes e dos movimentos

sociais, as ponderações se dirigem às questões internas tais como as dinâmicas verticais e burocráticas de tomada de decisões, o acentuado personalismo e as deficiências da gestão pública (LANDER, 2008).

Em sua jornada de inscrições o PSUV, em 23 de junho de 2007, havia registrado 5.669.305 membros. Ou seja, o número de eleitores filiados ao partido governista excedia em 1.147.811 de eleitores do “no” (MARINGONI, 2009: 29). Por isso mesmo, Hugo Chávez e as lideranças do PSUV atribuem ao abstencionismo eleitoral grande peso na derrota. No entanto, se considerarmos que uma das transformações mais significativas da revolução bolivariana tem sido a contínua politização dos setores populares, exatamente, os mesmo que sustentaram o governo durante as ações golpistas. A razão do abstencionismo parece residir não na apatia política ou na consciência capitalista, e sim na condução do processo.

A derrota no referendo de reforma constitucional pode ser atribuída mais as condições em que ela foi elaborada, que pelo conteúdo em si – com isso não pretendemos dizer que o conteúdo era uma definição “concluída” do que seria o socialismo. Entre as condições de elaboração termos: de um lado, se os membros do PSUV não compareceram em massa para votar, isso se deve muito à própria construção do instrumento político que ameaçava expulsões num partido que ainda nem existia. Por outro lado, os movimentos e organizações sociais que compõem o bolivarianismo não se tornam *mais revolucionários* se dissolvidos ou absorvidos pelo PSUV. Há de se considerar duas questões negativas em relação ao modelo partidário, independente de sua orientação ideológica: primeiro, na história contemporânea venezuelana, a *partidocracia* tendeu a identificar o partido com eleitoralismo e corrupção; segundo, o fracasso da experiência do “socialismo real” atribuiu um sentido burocrático e autoritário ao partido socialista.

Soma-se às questões de organização partidária, a verticalização da elaboração da proposta de reforma. Eram 69 pontos de reforma apresentados num documento de 250 páginas que modificavam substancialmente vários dos 350 artigos da Constituição de 1999 (Cf. RBV, 2007). A primeira etapa de elaboração da proposta foi resultado de meses de trabalho confidencial de uma

comissão presidencial e revisada pelo presidente, concluída em agosto. A segunda etapa, a Assembléia Nacional tampouco pode ser chamada como “participativa”, além do que somou aos 33 artigos iniciais outros 36 artigos a modificar – tudo isso a exatamente um mês do referendo (LÓPEZ-MAYA, 2008). Edgardo Lander observa com precisão que antes “de impulsionar o fortalecimento das modalidades participativas da democracia, esta ficou no fundamental reduzida a uma dimensão plebiscitária: votar a favor ou contra uma reforma que havia sido elaborada a partir de cima” (2008: 136).

A proposta de reforma expressava a vontade política de radicalização do bolivarianismo, de projetar a sociedade venezuelana ao socialismo pela via institucional. No entanto, apesar das intenções socialistas, o conteúdo possuía alguns pontos problemáticos. Se no texto eliminava-se a garantia do “direito” a propriedade pelo Estado, por reconhecimento deste direito, outras formas de propriedade pública eram criadas. Eram apontados cinco tipos de propriedade: social direta e indireta, pública mista, privada e coletiva (Art. 115). A criação do Poder Popular como uma nova forma de poder público, perfilado a partir das comunidades (núcleo espacial do Estado socialista) (Art. 116). Eram convertidas da propriedade pública às organizações populares em parte do Estado socialista. O ponto é que o *novo* socialismo herdava a planificação e centralização Estatal do *velho* socialismo (LANDER, 2008; LÓPEZ-MAYA, 2008).

Como apontamos anteriormente, o sistema de referendos ampliam a politização social e conferem sentido concreto de participação política, aproximando-se do instituto da democracia direta. O projeto de reforma propunha elevar os percentuais de assinaturas necessárias para ativar os distintos mecanismos de participação popular, de modo que tornava o sistema de referendos praticamente inviáveis (Art. 72, 74 e 348). Por exemplo, pela Constituição de 1999 o referendo revogatório poderia ser solicitado por 20%. De acordo com a reforma de 2007, este percentual subiria para 30% (Idem, ibidem; MARINGONI, 2009).

Outro ponto polêmico da reforma constitucional foram os artigos de reeleição indefinida para presidente e o aumento do período presidencial de

seis para sete anos (Art. 230). Do ponto de vista formal, “se o povo é soberano e tem o direito de eleger seus representantes pelo tempo que assim o desejar, não parece haver justificativa alguma para que esta medida se aplique somente ao Presidente da República e não aos cargos públicos por eleição popular” (LANDER, 2008: 145). A polêmica deste ponto da reforma é que a reeleição indefinida como *sustentação do processo revolucionário* reflete imediatamente a continuidade a debilidade que se gestava desde a formação eleitoral do MVR, quanto então os desequilíbrios e as diferenças ideológicas dentro do movimento colocavam a figura de Chávez como imprescindível. As reeleições indefinidas, antes de solucionar as tensões internas, postergariam a um futuro distante sua solução concreta e inviabilizando o surgimento de outras lideranças.

Deste prisma, a derrota do referendo antes de representar falta de compromisso e de consciência socialista das bases bolivarianas, é precisamente o contrário. O conceito de democracia participativa e protagônica e o apoio massivo durante o golpe de Abril de 2002 e a greve patronal de 2002-2003, tornaram a polarização social em polarização política. Surgem nos anos seguintes às ofensivas antidemocráticas da oposição, diversos partidos e movimentos sociais com demandas específicas, cuja exigência comum é o protagonismo, autonomia e participação nas decisões locais e nacionais. A proposta de reforma constitucional de 2007, antes contar com o imenso potencial revolucionário dessa diversidade social, encontrou sua derrota na verticalidade e burocratização de sua apresentação à sociedade venezuelana.

Antes da derrota em 2007 a dissidência e a crítica eram quase intoleráveis, de maneira que era comum catalogar as discordâncias como *traição ao movimento*. Era comum estigmatizar aliados políticos como PCV ou o PPT, por não querer dissolver-se no PSUV; pressionar as forças sindicais que resistiam perder sua autonomia para formar conselhos socialistas; repreender organizações populares ou intelectuais que dissentiam das propostas e opiniões do presidente (LÓPEZ-MAYA, 2008). O episódio de 2007 teve como ponto positivo a reflexão sobre os caminhos e descaminhos do processo bolivariano. Mesmo que inicialmente a compreensão da derrota tenha

se dividido entre concepções *a partir de cima* e *a partir de baixo*, esta divisão não perdurou o suficiente. A tendência a atribuir a derrota a questões externas ao bolivarianismo tem dado lugar a discussões sobre questões internas, tais como a necessidade de respeito à pluralidade política, de despersonalização e desburocratização com a abertura ao debate e a participação maior nas decisões do movimento.

7. Considerações Finais

A derrota no referendo de reforma constitucional em 2007 coloca como desafio ao movimento bolivariano a superação, sob risco de derrota, do chavismo como tendência que acompanha o processo desde o MVR. Muitos analistas utilizam-se do termo *chavismo* para descrever a totalidade do processo revolucionário, no entanto, não levam em conta que existe um potencial anterior e para além da figura – indiscutivelmente importante – do presidente Hugo Chávez: o *bolivarianismo revolucionário*. Este, além de ativar os conteúdos transformadores, nacionalistas e anticolonialistas de Simon Bolívar, expressa a possibilidade da síntese dialética entre o socialismo como *forma*, como ideal ou projeto radical com o *conteúdo*, as especificidades históricas e sociais da Venezuela.

Os 10 anos de Revolução Bolivariana coincidiram, em 15 de fevereiro de 2009, com a vitória chavista na decisão em referendo da emenda constitucional para reeleições presidenciais indefinidas. Apesar das acusações da oposição, isso *não garante* a reeleição indefinida de Hugo Chávez, mas possibilita que tal feito se realize enquanto se apresentar viável. Mas expõe a continuidade de uma das maiores debilidades do processo: 1) o excesso de personalismo e a falta de lideranças e quadros para darem continuidade às transformações; 2) o risco de regressão e desgaste da via democrática dos referendos pela redução das consultas à forma plebiscitária do *ou a favor ou contra Chávez*.

Em caminho semelhante o controle e as renacionalizações de empresas estratégicas – como, por exemplo, a Sidor (Siderúgica do Orinoco) em 2008 – suscitam a necessidade do debate acerca das contradições dos tipos de propriedade socialista, tal como foram expressas na proposta de reforma

constitucional de 2007. Depende muito se estas empresas renacionalizadas passarão ao controle autogestionário dos trabalhadores ou se permanecerão sobre o controle direto estatal. Em outras palavras, é necessário superar a identificação histórica entre propriedade pública e propriedade estatal.

Do ponto de vista da construção do novo socialismo, muitos desafios teóricos se abrem a partir da experiência bolivariana. Segundo Santos (2007), o socialismo do século XXI define-se, por enquanto, melhor pelo que não é do que pelo que é: não quer ser igual ao socialismo do século XX. Em síntese, sua realização futura assenta-se *na democracia sem fim*. No entanto, mais que intenções, são necessárias discussões profundas. A fundação do Partido Único e a identificação imediata entre propriedade pública e propriedade estatal parecem persistir como sombras do socialismo do século XX.

6 – Referências

- ALVAREZ, Angel E. “State Reform Before and After Chávez Election“ In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict*. Colorado: Riener, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BUZETTO, Marcelo. “As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana” In: *Lutas Sociais nº 19/20*. São Paulo: 2007-2008.
- CHÁVEZ, Hugo et all. *Agenda Alternativa Bolivariana*. 2004. Disponível em www.rebellion.org.
- ELLNER, Steve. “Las Tensiones entre la Base y la Dirigencia en las Filas del Chavismo” In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 nº1 (ene-abr)*. Caracas: 2008.
- GOTT, Richard. *À sombra do Libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- HARNECKER, Marta. *Venezuela: una revolución sui géneris*. España: El Viejo Topo, 2004.
- HELLINGER, Daniel. “Political Overview: The Breakdown of *Puntofijismo* and the Rise of *Chavismo*” In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict*. Colorado: Riener, 2003.

LANDER, Edgardo. "Venezuela: A busca de um projeto contra-hegemônico" In: CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonias e Emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. "El referendun sobre La Reforma Constitucional El Proceso Político en Venezuela entra en una Encrucijada Crítica" In: *Revista Venezoelana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 n°2 (may-ago)*. Caracas: 2008.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. "Hugo Chávez Frías: His Moviment and His Presidency" In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict*. Colorado: Riener, 2003.

_____. "Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo". *Revista Venezoelana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 n°3 (sept-dic)*. Caracas: 2008.

LOVERA, Alberto. Los Consejos Comunales en Venezuela: Democracia Participativa o Delegativa? In: *Revista Venezoelana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 n°1 (ene-abr)*. Caracas: 2008.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Edusp, 2009.

República Bolivariana de Venezuela. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Gaceta Oficial, 1999.

_____. *Ahora la Batalla es por el Sí*. Caracas: Biblioteca Construcción del Socialismo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Socialismo do Século XXI" In: *Folha de São Paulo 21 de maio*. 2007.

VILLA, Rafael."Venezuela: Mudanças Políticas na era Chávez" In: *Estudos Avançados ano 19 n°55*. São Paulo: 2005.